



SUBSÍDIOS

PARA A CONSTRUÇÃO DA
VERSÃO III

DA PLATAFORMA DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS

PELA REFORMA DO

SISTEMA
POLÍTICO

NÚMERO I



PLATAFORMA PELA REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

 www.reformapolitica.org.br

 reformapolitica@inesc.org.br

APOIO:



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO
DA VERSÃO III DA PLATAFORMA
DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA
REFORMA DO SISTEMA POLÍTICO

NÚMERO I

ESFERA
DIGITAL

JUVENTUDES
ECONOMIA

SISTEMA DE
JUSTIÇA

MULHERES

LGBTQI+

ESTADO LAICO

DEMOCRACIA
COMUNITÁRIA

DESOBEDIÊNCIA
CIVIL

RACISMO

POVOS
TRADICIONAIS

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	5
PRINCIPIOS DA PLATAFORMA	7
O RACISMO É UM PROBLEMA DOS BRANCOS	12
SISTEMA POLÍTICO E DIREITOS LGBTQI+	17
MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER	20
JUVENTUDES E DEMOCRACIA	23
LAICIDADE	27
ECONOMIA E DEMOCRACIA	31
DEMOCRACIA COMUNITÁRIA	35
ESFERA PÚBLICA DIGITAL	41
POVOS TRADICIONAIS	45
DESOBEDIÊNCIA CIVIL	49
SISTEMA DE JUSTIÇA	55
ANEXOS	60



QUE DEMOCRACIA QUEREMOS?

Desde 2004, a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, articula organizações, movimentos e coletivos em torno do objetivo de elaborar uma proposta de sistema político realmente democrático. Um sistema político que reflita a diversidade que é a sociedade brasileira. Uma democracia que realmente seja para todas e todos.

Sem esquecer que vivemos numa sociedade forjada no genocídio dos povos indígenas, na escravização do povo negro e na exploração das/os trabalhadoras/es. Uma sociedade capitalista, patriarcal, machista, racista, homo/trans/lesbofóbica, brancocêntrica e de classes, na qual o poder religioso quer ditar as suas regras para o conjunto da sociedade, bem como para o Estado. Pensar a reforma do sistema político, neste contexto cultural e sócio-histórico, significa romper com todas estas estruturas presentes na nossa sociedade.

Assim, para nós, falar em sistema político é falar de todas as formas de poder. Tanto na esfera “pública” como na esfera “privada”. É democratizar radicalmente o poder. Não queremos reformar um sistema que está falido, queremos construir outras formas de exercício do poder, com outras institucionalidades e outros e novos

sujeitos, que sempre estiveram apartados do exercício efetivo do poder. O desafio é de construir poderes alicerçados na soberania popular, portanto construir o poder popular.

A Plataforma como espaço amplo de luta pela democracia, representada por seis organizações, concorreu e foi contemplada, em 2017, com um edital público da União Europeia de apoio a plataformas e redes da sociedade civil. Esse projeto tem como objetivo contribuir para a construção da democracia que queremos. A estratégia central e que cruza com a execução do projeto é a construção da versão III da plataforma. Queremos que a versão III dê conta dos desafios colocados de pensar a democracia na amplitude que falamos acima.

O ponto de partida inicial deste processo é apoiar a realização de 60 atividades autogestionadas, selecionadas por intermédio de chamada pública. Os debates que serão realizados nessas atividades, somadas às discussões oriundas dos webinários (seminário pela internet) e dos encontros nacionais centrados nas questões de raça, etnia, gênero, LGBTQI+, juventudes e estado laico, servirão de base para a versão III. Todas estas contribuições serão sistematizadas e debatidas em encontros regionais e, depois, no encontro nacional previsto para agosto de 2021.

Os textos presentes nesta publicação foram elaborados no contexto do Encontro Nacional da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, ocorrido em abril de 2019. Fruto, portanto, do esforço coletivo de várias organizações, coletivos e movimentos. É por esta razão que não possui autoria.

Os textos estão organizados em torno de grandes questões que entendemos que devam estar no centro dos debates da versão III e, portanto, da construção do sistema político que queremos :

- **Laicidade do Estado e Diversidade Religiosa**
- **Racismo e Poder**
- **Economia e Democracia**
- **Democracia comunitária**
- **Mulheres nos espaços de Poder**
- **Sistema político e os direitos LGBTQI+**
- **Poder Político e Juventudes**
- **Esfera Pública Digital**
- **Justiça Popular, Justiça formal e partidarização do sistema de Justiça**
- **Direitos dos povos originários e tradicionais**
- **Desobediência Civil**

Lembrando sempre que a questão de classe permeia todas estas dimensões.

Ao longo do processo, com certeza iremos identificar outras questões. Vale lembrar que em algum momento desta construção vamos dialogar com o que já produzimos em relação ao fortalecimento da democracia direta e da democracia participativa, do aperfeiçoamento da democracia representativa e da democratização da

comunicação e do sistema de justiça.

Assim, na contramão do fluxo antidemocrático e do esfacelamento da insuficiente democracia que conseguimos construir, apresentamos essa publicação como subsídio para o debate e para a realização das atividades autogestionadas que acontecerão de norte a sul, de leste a oeste, Brasil a fora.

Desejamos fundamentalmente que seja útil, proveitoso e prazeroso este processo. Mas, sobretudo, que provoque outras e novas formulações e inspirações que venham a contribuir com a elaboração para a versão III da Plataforma, de modo a expressar as diversidades brasileiras e consolidar um projeto de democracia que realmente seja para todos e todas.

Queremos construir a versão III da plataforma "debaixo para cima". Para isso é importante e necessário a sua participação. Esta participação pode ser individual ou coletiva. Você pode reunir um grupo de pessoas interessadas e debater as questões e nos mandar as conclusões. Você pode reunir a organização/movimento/coletivo que participa e fazer o mesmo processo.

Para nós o que importa que as questões sejam debatidas e este debate chegue até nós. Você não precisa debater todas as questões. Pode selecionar a que mais te interessa. No final deste caderno tem um roteiro de como sistematizar o debate.

Mas não esqueça de nos enviar pelo email reformapolitica@lnesc.org.br

PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS QUE A PLATAFORMA DEFENDE



Precisamos pensar os princípios democráticos que devem nortear a reforma do sistema político como processo de redesenho da democracia, capaz de produzir, de forma dialética, novas institucionalidades. Os princípios devem ser da igualdade, da diversidade, da justiça, da liberdade, da participação, da transparência e do controle social.

IGUALDADE

Equilíbrio de direitos e responsabilidades entre os/as cidadãos/ãs, respeitando as diversidades. Opõe-se às disparidades de renda, de posse de terra, de acesso à saúde, de acesso à educação, de acesso aos espaços de decisão, de representação política, de acesso ao comércio internacional entre os países, de apropriação da riqueza produzida nas relações de trabalho, entre outras.

COMO DEFINIMOS ESSES PRINCÍPIOS

DIVERSIDADE

Distinções dadas por aspectos de gênero, geracional, raça/cor, etnia, orientação sexual, pessoa com deficiência, entre outros. Diz respeito também aos diferentes espaços geográficos onde as populações se organizam (áreas urbana e rural, comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, indígenas) e às distintas atividades econômicas praticadas (extrativista, artesanal, agricultura familiar, atividade pesqueira, industrial). O conceito de diversidade não se opõe ao de igualdade, pois a igualdade busca respeitar as diversidades.

JUSTIÇA

Defesa dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA), buscando restaurar os direitos ameaçados e garantir a implementação dos direitos não reconhecidos ou criação de novos direitos. Tem como orientação posicionar-se contra práticas que beneficiam o interesse privado em detrimento do interesse público (entre essas, o clientelismo, o patrimonialismo, o nepotismo, a corrupção, o preconceito, as discriminações). Observa o sistema democrático, a forma de governo republicana e o Estado de Direito, combatendo todas as formas de desigualdades e injustiças.





TRANSPARÊNCIA

Acesso universal às informações públicas, por meio da disponibilidade inteligível ao conjunto da população. Inclui também a divulgação ampla, permanente e imparcial das decisões públicas, sejam oriundas da burocracia ou dos representantes eleitos/nomeados. É uma postura ética que se espera do poder público. A transparência e o acesso às informações públicas fazem parte da defesa pelo direito humano à comunicação.

CONTROLE SOCIAL

Monitoramento do Estado por parte da sociedade civil que atua no campo democrático, entre os quais, os movimentos sociais, visando ao controle das ações governamentais. A qualidade do controle social pressupõe a transparência e o acesso às informações públicas. O controle social visa à defesa e à implementação de políticas públicas que respeitem o conceito de igualdade, universalidade, diversidade, justiça e liberdade.

LIBERDADE

Princípio que prevê a livre expressão, movimentação, atividade política e de organização dos/as cidadãos/as. Orienta o/a cidadão/ã a expressar-se e a atuar politicamente em defesa de valores democráticos, como a igualdade e os Direitos Humanos; contestar e atuar politicamente contra situações de desigualdades sociais, políticas, jurídicas e econômicas. O princípio da liberdade pressupõe a livre organização partidária. A liberdade pressupõe que todos os segmentos da sociedade tenham instrumentos de comunicar as suas ideias, posições e contra informações. É neste item que se coloca a agenda da democratização dos meios de comunicação.

PARTICIPAÇÃO

Direito humano a participar de todas as decisões que afetam a sua vida diretamente ou de forma indireta. Se concretiza através da participação direta ou via organizações/movimentos nos espaços públicos de decisão. Deve ocorrer, preferencialmente, por meio da institucionalização de mecanismos de democracia participativa e direta, inclusive, na elaboração, deliberação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas. É também um processo de aprendizado na medida em que qualifica a intervenção de cidadãos/ãs para a atuação nos espaços públicos de decisão.

O QUE A PLATAFORMA QUER ENFRENTAR:

A reforma do sistema político deve enfrentar problemas que estão na origem do nosso país, tais como o patriarcado, o patrimonialismo, a oligarquia, o nepotismo, o clientelismo, o personalismo, a corrupção, o machismo, o racismo e a homofobia.

O QUE ENTENDEMOS POR ESTES CONCEITOS:

RACISMO

Sistema de pensamento, de cultura, de prática e de relação que categoriza/hierarquiza as raças/etnias, colocando "como raça superior" a raça branca. Uma vertente do racismo é o racismo ambiental onde às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulnerabilizados e sobre outras comunidades, discriminadas por sua 'raça', origem ou cor.

OLIGARQUIA

Forma de governo em que o poder está concentrado nas mãos de um pequeno número de indivíduos, em geral com laços familiares e/ou vínculos partidários, e pertencentes a classes sociais privilegiadas. A organização política patriarcal e a conduta patrimonialista são traços marcantes dos poderes oligárquicos.

HOMOFOBIA

Sistema de pensamento, de cultura, de prática e de relação que categoriza/hierarquiza as pessoas segundo as suas orientações sexuais, criando a heteronormatividade, onde o normal é o exercício da heterossexualidade. Desconhece, ridiculariza, criminaliza todas as outras formas de exercício da sexualidade que não seja a heterossexual.

NEPOTISMO

Prática de favorecimento e distribuição de empregos a parentes por parte de pessoas que exercem cargos e funções públicas.

CLIENTELISMO

Prática baseada na troca de favores e no apadrinhamento, usando-se as estruturas e serviços públicos no interesse particular daqueles que exercem a função pública.

PATRIARCADO

Qualquer sistema de organização política, econômica, industrial, financeira, religiosa e social na qual a esmagadora maioria de posições superiores na hierarquia é ocupada por homens.

PERSONALISMO

Culto às personalidades, com a consequente desvalorização do debate político e a despolitização dos conflitos.

CORRUPÇÃO

Apropriação e desvio de recursos públicos para fins particulares, além de servir como ardil para manter-se imune às punições legais existentes e meio para manter-se no poder. A corrupção aqui entendida, também, como a usurpação do poder do povo.

PATRIMONIALISMO

Conduta política de elites dominantes no exercício de funções públicas de governo, que se caracteriza pela apropriação do que é público – do Estado, suas instituições e seus recursos – como se fosse patrimônio privado.



RACISMO E PODER



**“ O RACISMO É UM
PROBLEMA DOS BRANCOS”**

- MOORE

O diálogo que pretendo estabelecer com os interessados no tema: Racismo e poder tem por finalidade desmistificar pensamentos e afirmações superficiais sobre a origem do racismo, a forma como este historicamente vem sendo forjado, e a benevolência do racismo à brasileira, como também afirmar a necessidade de pesquisas e estudos mais aprofundados sobre o tema e suas origens, até então pouco estudada.

Inspirada pelos estudos de um dos grandes especialistas no tema, o professor doutor Carlos Moore¹, que nos presenteia com uma das suas inúmeras publicações Racismo e Sociedade e que nos convida a refletir sobre a origem do racismo, como foi sendo estruturado ao longo da história da humanidade, quais os interesses e determinantes da construção de uma perspectiva do racismo que afirma a soberania branca.

Destaco nesta publicação o estudo que o autor traz sobre o racismo através dos tempos, revelando a historicidade da questão do racismo, o que nos transporta além do tempo, ou seja, refletir sobre o racismo, como um fenômeno histórico, o que nos leva a pensar sobre o início da humanidade e não reduzi-lo a um conflito de natureza racial. Está além, muito além disso.

Alguns estudos, principalmente no Brasil, que disseminou a ideia de que o racismo é

contemporâneo e que está associado à expansão marítima, é falsa. Segundo Moore, "(...) **As pessoas supõem que o racismo tenha surgido por causa da escravidão há 400, 500 anos. Esta ideia está enraizada nas mentes e na academia. O racismo tem entre 3 e 4 mil anos de existência. Temos indícios claríssimos de racismo há 1.700 anos A.C.**"no mais antigo livro sagrado do hinduísmo. **Nele estão descritas cenas de extermínio racial, na qual os "invasores brancos dizem que Deus os mandou com a missão de exterminar o que chamavam de "extirpe" negra".**

Identificar a presença de conflitos raciais na história da humanidade e o caráter histórico do racismo contribui para aprofundar o entendimento sobre o racismo e suas tensões; sobre em que bases foram fundamentadas as ideias de inferioridade e superioridade entre as raças e a permanente necessidade de invisibilizar e/ou negar o papel civilizatório dos povos negros para toda humanidade. Tudo isso, além de jogar por terra a teoria que os estudiosos sempre afirmaram, são inferiores, porque são diferentes, ou seja, de que houve um estranhamento, quando as raças diferentes se encontraram, portanto foram dominadas, simples assim.

Os estudos têm dado longos passos para revelar a história e o papel civilizatório do povo negro e os

¹ Cubano radicado na Bahia, é doutor em Ciências Humanas e em Etnologia pela Universidade de Paris e chefe de Pesquisa na Escola para Estudos de Pós-Graduação e Pesquisas na Universidade do Caribe, em Kingston, na Jamaica.

"O racismo é um problema dos brancos" é uma frase preferida em entrevista à revista Imprensa da APP-Sindicato, Curitiba, 2012.

Para acessar a íntegra: <http://appsindicato.org.br/?p=7093/>

seus descendentes. Faz-se necessário compreender esses processos para humanizar os indivíduos, considerando que a humanização passa pelo reconhecimento do outro, sua forma de pensar o mundo, se organizar e de se autodeterminar.

O Brasil é uma nação negra. Os descendentes de africanos no Brasil, segundo o censo, somam aproximadamente 110 milhões de indivíduos, que ao longo dos 518 anos da chegada dos colonizadores nestas terras, tem gerado riqueza e possibilitado o acúmulo de capitais e privilégios para os brancos. Situação naturalizada por uma perspectiva ideológica disseminada no país de que o racismo por aqui foi benevolente. Afirmam ainda que houve uma tolerância dos opressores em relação aos escravizados, tal construção ideológica foi responsável por forjar a ideia de que vivemos em uma "democracia racial" no Brasil, na qual negros e brancos desfrutam das mesmas condições.

Descrevendo a situação acima, apreendida nos livros didáticos e difundida através das novelas, das narrativas literárias, nos contos radiofônicos e de outros tantos veículos de comunicação e discursos

cotidianos, identifico que tais afirmações são fruto do olhar dos privilegiados brancos que necessitaram reafirmar tal aberração a fim de

livrarem-se da culpa, da desumanidade e da responsabilidade sobre os horrores praticados e o aniquilamento das populações africanas no Brasil. Segundo o professor Abdias do Nascimento, o racismo à brasileira é do ..." tipo muito especial, exclusiva criação luso-brasileira: difuso, evasivo, camuflado, assimétrico, mascarado, porém tão implacável e persistente que está liquidando os homens e mulheres de ascendência africana que conseguiram sobreviver ao massacre praticado no Brasil. Com efeito, essa destruição coletiva tem conseguido se ocultar da observação mundial pelo disfarce de uma ideologia de utopia racial denominada "democracia racial", cuja técnica e estratégia têm conseguido, em parte, confundir o povo afro-brasileiro, dopando-o, entorpecendo-o interiormente; tal ideologia resulta para o negro num estado de frustração, pois que lhe barra qualquer possibilidade de autoafirmação com integridade, identidade e orgulho".

As interpretações produzidas pelos brancos sobre os escravizados e mantidas no pós-escravidão, intencionavam manter a maioria da população brasileira sob sua dominação ideológica, na qual o poder concentrava-se nas mãos de uma minoria. Por exemplo, tudo o que foi divulgado e produzido sobre a temática das relações raciais no Brasil é parte da estratégia de brancos escravistas, racistas

e colonizadores em semear ideias e pensamentos que subalternizam, oprimem e criminalizam a população negra.

Desconstruir as ideias difundidas durante cinco séculos exige a releitura da história do Brasil, construir uma nova história, sob o ponto de vista do povo negro, pois faz-se necessário reconhecer o papel civilizatório dos descendentes de africanos e a produção de riqueza no Brasil, como também, as ações de resistência forjadas desde a travessia até as lutas pela libertação, pela construção de estruturas e formas de vida autônomas (quilombos) que nos remetem aos tempos do cativo, se contrapondo a ideia de escravizados passivos que aceitaram o regime de servidão.

Vale ressaltar que os levantes e revoltas estavam sintonizados com os acontecimentos ocorridos pelo mundo afora, a exemplo da Revolução Francesa com os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, que se espalharam por toda região do país e em cada canto do continente e em momentos históricos diferenciados, como nos informa Abdias **“Algumas tentativas de derrocar este sistema estão registradas na história política do nosso país. Uma dessas ocorreu mais ou menos um século antes da chamada abolição da escravatura (1888). Um grupo de negros “livres”, mulatos e brancos formou-se na Bahia em 1798 com um propósito**

revolucionário. Os principais objetivos do movimento eram: 1. a independência do território da Bahia; 2. um governo republicano; 3. liberdade de comércio e abertura de todos os portos “especialmente para a França”; 4. cada soldado deveria ganhar um soldo de duzentos réis diários; 5. a emancipação dos escravos. Sabe-se que os participantes dessa tentativa independentista estavam fortemente influenciados pelos ideais da Revolução Francesa.

Portanto, não necessitamos mais indagar o porquê do fenômeno da negação e da invisibilidade, pois entendemos que relações de poder e dominação vêm estruturando e definindo o lugar que ocupamos. Então, é necessário aprofundar o processo de estudos e pesquisas a partir do que foi produzido pelos intelectuais e ativistas negros, rumo à emancipação, além de produzir novas coletâneas sobre o pensamento do pan-africanismo e suas experiências na América e África. Organizar, a partir de uma cronologia histórica que as situe temporalmente em cada processo político, revelando as suas contribuições, sua atemporalidade e o refinamento de pensar como atuar estrategicamente, da macro à micro política, necessariamente passará pela geopolítica do poder.

Trago mais uma vez o professor Abdias que nos

provoca a pensar e reagir ao explicitar como o Brasil se organizou para alimentar a sua prática racista. No caso brasileiro, a questão racial como contradição primária da estrutura socioeconômica e psicocultural é um fato tão óbvio que deveria dispensar maiores argumentos. Entretanto, de um lado temos somados os reacionários convictos, os liberais e os “progressistas” negando essa realidade concreta com os mesmos argumentos utilizados pela esquerda e por marxistas tradicionais: trata-se de um problema de pobres e ricos, um problema de classes, e não de raça. Um argumento fantasioso, de meia-verdade.

O debate está posto, vamos olhar para o que construímos de positivo, pensar e refletir sobre uma perspectiva de Democracia Plurirracial que enfrente as contradições, equívocos que historicamente excluiu a maioria da população brasileira, os indígenas e negros, estruturando um novo sistema de participação que carregue toda a diversidade desta nação chamada Brasil.

QUESTÕES PARA DEBATER

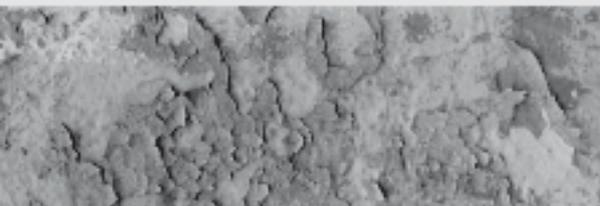
01.
COMO PODEMOS VER NA
SOCIEDADE, A EXPRESSÃO
DO RACISMO NAS
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS?

02.
COMO UM SISTEMA
POLÍTICO NOVO PODERIA
AGIR PARA SUPERAR O
RACISMO?

03.
POR QUE É IMPORTANTE
DISCUTIR A
SUB-REPRESENTAÇÃO DE
NEGROS E NEGRAS NOS
ESPAÇOS DE PODER?

SISTEMA POLÍTICO E OS **DIREITOS LGBTQI+**





“ Talvez para algumas de vocês aqui hoje, eu sou a face de um de seus maiores medos. Porque eu sou mulher, porque eu sou negra, porque eu sou lésbica, porque eu sou eu mesma.”

- Audre Lorde

Audre Lorde, mulher negra, lésbica, intelectual e feminista estadunidense, em seu texto “Não há hierarquia de opressão”, nos chama atenção para uma importante e séria reflexão: “Dentro da comunidade lésbica eu sou negra, e dentro da comunidade negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay por que eu e centenas de outras Mulheres lésbicas e gays, somos negras. Qualquer ataque contra lésbicas e gays, é uma questão negra, porque eu e centenas de lésbicas e gays somos negras. Não há hierarquia de opressão”.

Lorde nos adverte para a necessidade e importância de lançarmos um olhar interseccional sobre as opressões. É preciso entender que determinados grupos, pessoas, vivem uma encruzilhada de opressões, como os negros gays afeminados, quase nunca lembradas, que se encontram no meio do racismo, da homofobia e do sexismo.

Tenho afirmado que a maior armadilha das múltiplas violências que pessoas negras, lésbicas,

gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais, homens trans e pessoas intersexuais vivem, é a negação da própria identidade. Assim sendo, ratifico que a maior estratégia de combate às violências, é a afirmação das formas plurais de constituição das personalidades/nossas identidades.

Não se trata de uma tarefa fácil. Historicamente, o modelo de normalidade, de ideal social, são homens brancos, heterossexuais, católicos, podendo usufruir de todos os privilégios que a branquitude lhes permite.

No atual cenário político, o discurso do ódio e a certeza da impunidade imperam. Os tímidos canais de diálogo entre o movimento LGBTI e governo, estão seriamente ameaçados.

Não é por acaso que a campanha do atual presidente foi pautada por declarações atentatórias à democracia, a favor da tortura, da ditadura, além de constantes declarações racistas, machistas e discriminatórios contra a população LGBTI.

ALGUMAS PROVOCAÇÕES PARA O DEBATE

01.

Seria possível que o atual governo mantivesse as políticas públicas (poucas) pró-LGBTI? Um governo que se coloca contra, de forma militante, aos direitos sexuais, de gênero e reprodutivos e às políticas afirmativas assegurará direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo?

02.

Como um governo que foi eleito tendo como uma de suas bandeiras centrais acabar com os “privilégios” (leia-se direitos) da população LGBTI e com as políticas educacionais pró-diversidade sexual e de gênero pode vir a fazer algo concreto para a promoção de direitos da nossa população?

03.

Como já adiantou a nova secretária, jurista e católica conservadora: um dos objetivos do novo ministério é reforçar a “ordem social”. Essa afirmação, por si, é centralmente oposta à ideia de pluralismo, liberdade sexual e de gênero. A criação de um Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, pretende afirmar e impor que só existe um tipo de família a ser referendada e protegida pelo Estado, a patriarcal, monogâmica, heteronormativa.

Esta política nega a existência real de diversas formas e constituições familiares da contemporaneidade. Para onde ir, o que fazer?

AINDA ASSIM, NÃO VAMOS

CRUZAR OS BRAÇOS.

LUTAMOS PELO DIREITO À VIDA.

MUITO JÁ AVANÇAMOS.

A escolinha Maria Felipa, de educação infantil de Salvador, na Bahia, foi questionada recentemente sobre professor trans e a resposta foi surpreendente.

A conversa foi compartilhada nos perfis da instituição privada nas redes sociais e acabou repercutindo na web, com mais de 4 mil compartilhamentos. “Vocês tem um professor trans na escola, né?”, pergunta a pessoa. Após a confirmação da escola, dizendo que o educador é um “excelente profissional”, o interlocutor segue com outra pergunta: “Não que eu concorde, mas você não acha que isso pode ter diminuído o numero de matriculas de vocês?”, sugere. A escola responde: “Quem acha que uma pessoa trans, apenas por ser trans, não pode educar seu filho não merece a nossa escola.”

É DISSO QUE ESTAMOS FALANDO! SIGAMOS JUNT@S.

MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER



**NÓS MULHERES SOMOS METADE DA HUMANIDADE E ESTAMOS
SUB REPRESENTADAS EM TODOS OS ESPAÇOS DE PODER.
MAS, ENTRE NÓS, EXISTEM DIFERENÇAS E DESIGUALDADES.**

Mesmo entre as mulheres da classe trabalhadora, o racismo e o etnocentrismo fazem com que mulheres negras e de povos indígenas sejam ainda mais minoritárias nestes espaços. Situação que também ocorre, de forma diferenciada, com mulheres lésbicas, trans, jovens, com deficiência, rurais e periféricas, por exemplo. Se estas situações se cruzam, maior é o prejuízo político do grupo social que formam.

Isso tudo ocorre porque a vida cotidiana e a nossa atuação política são estruturadas pelas relações sociais do sistema patriarcal, racista e capitalista. Estes sistemas que colonizam o País e querem normatizar os nossos corpos e nossas formas de vida.

Contra tudo isso, nos levantamos e construímos o movimento feminista de forma autônoma e horizontal, e contando também com coletivos feministas que se formam no interior de outros movimentos sociais. Buscamos atuar juntas na construção da força política feminista. Podemos dar exemplos: a primavera feminista, a marcha das margaridas, a marcha das mulheres negras, o movimento #elenão, a frente pela legalização do aborto e o festival pela vida das mulheres...estamos juntas em muitas lutas locais e participamos politicamente em todos os movimentos sociais levando nossas pautas e assumindo outras pautas também.

Temos atuado com força pela transformação do sistema político desde quando começamos a construir a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político. A forma como esse sistema está organizado legalmente contribui para a interdição da participação política de nós mulheres, e ainda mais se somos mulheres negras, indígenas e de classes populares. Essa conjugação atua na forma como organizamos nossos cotidianos e tempos para o exercício de tarefas e funções sociais que nos são impostas. Para organizar-se politicamente é preciso ter tempo e, para isso, torna-se indispensável a democratização também da vida cotidiana e a responsabilização compartilhada. O trabalho dedicado ao cuidado de pessoas que não podem se autocuidar (crianças, enfermxs, pessoas idosas), da alimentação e da casa nas famílias tem de ser realizado de forma compartilhada e corresponsabilizada por todxs da família e também pelos serviços públicos. É preciso gerar condições para o exercício da paridade na política, mas no trabalho reprodutivo também.

Soma-se a esta interdição a cultura política predominante, que é patriarcal, racista e patrimonialista, o que estabelece que a política é para os da classe dominante, homens brancos e proprietários. Impedir nossa participação política é uma forma de manter nossa subalternidade e desigualdade no acesso a direitos e políticas públicas. As condições de vida concreta das

mulheres de esquerda, que atuam nos movimentos sociais e as imposições sociais que nos responsabilizam pelos trabalhos domésticos e pelos cuidados, como toda demanda afetiva que isso representa, também inviabiliza nossa participação política, em especial na forma como ela é organizada, longe de casa e em horários incompatíveis. Por isso, nós mulheres somos maioria nos movimentos populares locais e muito minoritárias nas direções nacionais (ou nos cargos de maior poder) e nos partidos políticos e no parlamento.

Durante o tempo em que o movimento feminista constrói essa luta e atua na plataforma, temos elaborado várias propostas de mudam no sistema político pra ampliar a participação das mulheres. A principal é a defesa da paridade entre os sexos como regra eleitoral e geração de condições de paridade como ação afirmativa capaz de favorecer a presença das mulheres nos espaços de poder. Cotas, fundo partidário, tempo nos programas de rádio e TV, paridade nas direções de partidos e movimentos, foram conquistas recentes, mas não foram capazes de ampliar o poder das mulheres nos parlamentos.

QUESTÕES PARA DEBATER

01.

QUAIS AS CAUSAS DAS
MULHERES SEREM
MINORITÁRIAS NOS ESPAÇOS
DE PODER?

02.

O QUE FAZER PRA AMPLIAR A
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS
MULHERES?

03.

COMO AVANÇAR NO
PRÓXIMO PERÍODO NA
ELABORAÇÃO DA
PLATAFORMA SOBRE
MUDANÇAS NO SISTEMA
POLITICO E/OU NA FORMA DE
ENTENDER A POLÍTICA, PARA
AMPLIAR O PODER DAS
MULHERES?



JUVENTUDES E DEMOCRACIA



Muito se avançou nas últimas décadas no reconhecimento das juventudes como sujeitos políticos diversos. Além das Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude (2007 e 2011), o Estatuto da Juventude, promulgado em 2013, vem condensar importantes diretrizes para a promoção da autonomia e direitos da juventude brasileira por meio de políticas públicas.

Cerca de um quarto da população brasileira tem entre 15 e 29 anos. Quando falamos em juventudes, no plural, queremos dizer que é preciso reconhecer a diversidade destes 50 milhões de jovens, que pertencem a diferentes regiões do país, alguns no campo, outros na cidade, são jovens mulheres, homens e trans, que também diferem em sua raça/cor e orientação sexual. As diferenças vêm acompanhadas de desigualdades: em um país racista, machista e com enorme concentração de renda e riqueza como o Brasil, as juventudes são experimentadas de forma muito desigual. De acordo com Regina Novaes (2015)¹, “Quando se considera a situação territorial dos jovens em determinados espaços urbanos e as questões de gênero e raça, especialmente as diferenças de situação socioeconômica, aí a desigualdade se apresenta de forma mais explícita.”

Por exemplo, a juventude negra hoje no Brasil é vítima de dramáticas estatísticas: cerca de 20 mil

jovens negros são mortos no país anualmente vítimas de armas de fogo, ou da “guerra às drogas”.

De acordo com o Mapa da Violência 2016, se no ano de 2003 foram cometidos 13.224 HAF [homicídios por arma de fogo] na população branca, em 2014 esse número desce para 9.766, o que representa uma queda de 26,1%; em contrapartida, o número de vítimas negras passa de 20.291 para 29.813, aumento de 46,9% .

Estudo feito pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), aponta que 68% da população das penitenciárias femininas são mulheres negras, enquanto apenas 31% são de cor branca e 1% é indígena. O relatório aponta ainda que 49% da população penitenciária feminina do País têm menos de 29 anos e 50% possui apenas o ensino fundamental incompleto.²

Também são as jovens negras que mais morrem vítimas do aborto inseguro³, que faz uma vítima a cada dois dias no país⁴, ainda que segundo as pesquisas⁵, mulheres cristãs, brancas e de classe média também recorram à prática.

A juventude indígena e quilombola também experimentam realidades complexas, residentes muitas vezes em territórios rurais que sofrem grande pressão externa por invasões, ameaças de ocupação pelo agronegócio e por grandes projetos

1 Juventudes e as Desigualdades no Urbano. Le Monde Diplomatique – encarte especial. 2015.

2 <https://www.mapadaviolencia.org.br/>

3 <http://ttc.org.br/a-cada-duas-mulheres-presas-no-brasil-duas-sao-negras/>

4 <https://azmina.com.br/reportagens/precisamos-falar-de-aborto-e-como-ela-mata-mulheres-negras/>

5 http://www.cofen.gov.br/uma-mulher-morre-a-cada-2-dias-por-cao-do-aborto-inseguro-do-ministerio-da-saude_64714.html

6 De acordo com a Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) realizada pela Anís em 2016, “Ainda segundo o trabalho, cerca de 48% das mulheres que abortaram completaram o ensino fundamental, e 26% tinham ensino superior. Do total, 67% já tinha filhos, 56% eram católicas e 25% protestantes ou evangélicas.”

https://brasilelpais.com/brasil/2018/08/02/politica/1533241424_946696.html

enérgicos, como mineração. Atualmente, no Brasil, são mais de 2 mil territórios quilombolas e 240 povos indígenas de diferentes etnias, somando cerca de 600 mil pessoas. A diversidade cultural e o direito aos territórios originários, no caso dos povos indígenas, ou aos territórios tradicionalmente ocupados, no caso dos quilombolas, são constantemente ameaçados pelo modelo de desenvolvimento econômico insustentável e predatório.

A juventude rural conta com um plano específico, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, lançado em 2016, que prevê políticas públicas de promoção de qualidade de vida, acesso à terra, geração de trabalho e renda, visando criar condições para a permanência no campo e a emancipação socioeconômica e política. Muitas vezes, o jovem rural, por falta de acesso à terra e condições de produção, acaba migrando para os centros urbanos e se fixando nas periferias e favelas.

No urbano, além da questão da violência que atinge diretamente a juventude negra, há questões como falta de acesso aos serviços públicos, ao transporte, educação de qualidade e espaços para o lazer. Com a elevada taxa de desemprego, os jovens recorrem ao mercado informal, o “corre”, muitas vezes deixando de frequentar a escola e sem perspectivas para entrada na Universidade. Aqueles que conseguem acessar a educação

superior por meio do sistema de cotas, que atende classes baixas e também pessoas negras e indígenas, enfrentam dificuldades com o fim das bolsas de permanência – impacto da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos –, e os que conseguem se formar, encontram um mercado de trabalho em contexto de recessão econômica.

A juventude LGBTI também se encontra em risco no Brasil, e também tem os seus direitos cerceados pela discriminação. A Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) estima que cerca de 6% das vítimas de estupro que procuraram o Disque 100 do governo federal em 2012 eram mulheres lésbicas. E, dentro desta estatística, havia um percentual considerável de denúncias de estupro corretivo. Quando as questões das identidades se interseccionam a situação é ainda mais grave, ou seja, se às mulheres cis brancas heterossexuais são negados direitos fundamentais, no caso de mulheres lésbicas e mulheres trans a negação é maior, e se forem negras, a vulnerabilidade é total⁷.

Também é importante pensar na questão da gordofobia, uma discriminação com pouca visibilidade na sociedade, até mesmo nos movimentos sociais, e que provoca impactos severos em jovens, como distúrbios alimentares e a depressão⁸.

Na política, os jovens estão sub-representados, e

⁷ Para aprofundar este debate, ver o artigo 8 de Março para Luana e Verônica, Inesc, 2017: <https://www.inesc.org.br/8-de-marco-para-luana-e-veronica/>

⁸ Para aprofundar este debate, ver o vídeo Gordofobia: <https://www.youtube.com/watch?v=nLSpG38VWPK> e o vídeo O que é gordofobia? <https://www.youtube.com/watch?v=NUyJ82OoIlg>

não chegam a 10% das candidaturas válidas nos últimos pleitos nacionais. A boa notícia é que no segmento juventude, a proporção de mulheres é maior: em 2018, 51% de mulheres na faixa de 20 a 24 anos (242 candidatas) e 44% na faixa de 25 a 29 anos (435 candidatas). Os homens são maioria nas faixas de 65 a 69 anos, com 74% (913 candidatos) e 72% na faixa de 60 a 64 anos (1.671 candidatos).⁹

É importante registrar, ainda, que a juventude está organizada politicamente, seja para a defesa de direitos – como o passe livre estudantil, os direitos sexuais e reprodutivos, LGBTI e o direito à educação –, seja para disseminar ideias da extrema-direita em ascensão no Brasil e no mundo – como é o caso de organizações liberais, anti-feministas e neo-fascistas.¹⁰

A juventude negra, historicamente organizada, segue resistindo, tanto por meio de expressões culturais como o Hip Hop e o arte-vismo (ativismo por meio da arte), quanto dentro das universidades. E também criando estratégias para eleger mandatos populares de mulheres negras: Talíria Petrone e Aurea Carolina, foram eleitas deputadas federais pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais, respectivamente; e Renata Souza, Mônica Francisco e Dani Monteiro, que trabalhavam como assessoras da vereadora Marielle Franco, se elegeram deputadas estaduais pelo Rio de Janeiro; além de Erika Malunguinho, mulher, negra e trans, eleita para deputada estadual por São Paulo. Também foi eleita Joenia Wapichana, primeira mulher indígena a ocupar um cargo de deputada federal, e única representante indígena no Parlamento atual.

QUESTÕES PARA DEBATER

01.

COMO AS JUVENTUDES
VIVENCIAM A POLÍTICA HOJE
NO BRASIL?

02.

O QUE SERIA UM SISTEMA
POLÍTICO INCLUSIVO PARA AS
JUVENTUDES?

03.

QUE QUESTÕES/PROPOSTAS
TEMOS PARA SEREM
INCORPORADAS NA VERSÃO
III DA PLATAFORMA DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS PELA
REFORMA DO SISTEMA
POLÍTICO?

04.

FORTALECER A PLATAFORMA
DOS MOVIMENTOS SOCIAIS
PELA REFORMA DO SISTEMA
POLÍTICO: COM QUEM MAIS
DEVEMOS DIALOGAR?

⁹ <https://www.inesc.org.br/eleicoes-2018-novas-candidaturas-velhos-desafios/>

¹⁰ <https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>



LAICIDADE DO ESTADO E DIVERSIDADE RELIGIOSA

A Constituição de 1988 em seu Artigo 19, diz:

É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei a colaboração de interesse público. (Diversidade e Direitos Humanos, 2013, p. 67).

Em seu artigo 5, VI, declara:

É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

Os artigos da Constituição Federal relativos à liberdade de consciência e crença não deixam dúvidas de que cada pessoa tem o direito de optar se quer ou não ter religião. É papel do Estado garantir tratamento igual para todas as pessoas e também para as religiões, crenças ou convicções. A laicidade expressa que não é papel do Estado definir sobre a formação espiritual das pessoas.

A lei garante que o Estado não intervenha nos sistemas de fé, mas que desempenhe a tarefa de mediar a relação entre as tradições religiosas, em especial, quando há conflitos ou situações de intolerância religiosa. O Estado não deveria apoiar confessionalidades religiosas específicas, uma vez que a Constituição garante a igualdade de tratamento a todas as tradições de fé.

O artigo que trata da liberdade de consciência e de crença assegura a legitimidade da diversidade religiosa e das diferentes visões de mundo. Importante que a liberdade religiosa não seja confundida com liberdade de promoção religiosa, em especial, nos órgãos públicos. Não cabe ao Estado rezar, mas é tarefa do Estado garantir que as pessoas de todas as crenças rezem em seus lugares sagrados, sem nenhum tipo de constrangimento.

Apesar da garantia constitucional da laicidade, a relação entre Estado e religião historicamente é ambígua. Esta ambiguidade fere princípios da laicidade. Um dos princípios fragilizados pela porosidade na relação entre Estado e religião é o da liberdade religiosa. Tem se tornado comum que

grupos religiosos, em nome da liberdade religiosa, reivindicarem o direito de impor seus valores e concepções de mundo ao conjunto da sociedade. É importante destacar que a liberdade religiosa não pode ser reivindicada como direito absoluto. Isso porque a liberdade religiosa precisa estar em conformidade com os direitos humanos. Para qualquer grupo, exigir garantias dos direitos significa aceitar colocar-se a si mesmo na dependência do sistema de Direitos Humanos. Isso significa que, se determinado grupo utiliza o argumento da democracia para reivindicar liberdade religiosa, é necessário que os valores que ele propaga e as práticas que realiza sejam compatíveis, não apenas com o Estado de direito, mas também com o universo de valores democráticos. Estes são os critérios que poderiam garantir o exercício efetivo do direito reivindicado.

No contexto de discussão sobre Reforma do Sistema Político, é fundamental aprofundar alguns desafios apresentados pela relação entre religião e Estado:

01. O princípio da liberdade religiosa possibilitou que todas as tradições religiosas tivessem seus direitos associados à cidadania. É necessário, no entanto, aprofundar a discussão sobre uma definição prática dos limites aceitáveis da liberdade religiosa em uma sociedade democrática e plural;

02. A laicidade é um processo em permanente construção. Nesse sentido, é necessário avaliar e atualizar o princípio laico do Estado brasileiro, a fim de possibilitar que os novos desafios que surgem para a plena garantia dos direitos humanos possam ser refletidos de forma aberta e segura.

03. É possível pensar o ensino religioso nas escolas públicas em sociedades secularizadas, cujos estados se orientam por constituições que estabelecem a separação entre religião e Estado?

04. Aprofundar o diálogo sobre valores e dogmas religiosos e garantia de direitos para mulheres, LGBTIQ+. Existe a tendência de grupos religiosos imporem as suas verdades de fé, realizarem lobby no Congresso com o objetivo de garantir que determinados direitos sociais não se realizem como políticas públicas porque estão em contradição com dogmas e valores de suas tradições de fé. Nestes casos, os princípios democráticos e republicanos da Constituição Federal são relativizados, não levando em consideração a pluralidade dos sujeitos políticos. A atuação do Estado nestes casos é tímida. São poucas as vezes em que ele considerou que tradições de fé desempenham o seu papel social e religioso em sociedades plurais.

05. É importante garantir os laços da comunidade política, muitas vezes fragilizados por causa da relação tensa entre fé e ciência. Um desafio é que ambos, ciência e fé, aceitem que, em sociedades seculares, as decisões e princípios orientadores são definidos pela Constituição.

QUESTÕES PARA DEBATER

O QUE SIGNIFICA **01.**
UM ESTADO LAICO?

COMO GARANTIR QUE O **02.**
ESTADO SEJA REALMENTE
LAICO?

QUAL A RELAÇÃO ENTRE **03.**
ESTADO LAICO E AS
LIBERDADES, INCLUSIVE A
RELIGIOSA?



ECONOMIA E DEMOCRACIA

Democracia não deveria combinar com desigualdades socioeconômicas. Quanto maiores as desigualdades, mais a política estará controlada pelos que ocupam o topo da pirâmide social: homens brancos e ricos.

As mulheres são as grandes responsáveis pela sustentação material da vida de milhões de pessoas no Brasil. O trabalho doméstico, o trabalho informal, o trabalho do cuidado com crianças e idosos - esse conjunto de ações são vitais para a vida. E precisam ocupar um papel protagônico quando falamos de democracia econômica. Lembrando que a base da pirâmide social brasileira é composta por mulheres negras. São as mais empobrecidas entre os mais pobres.

Democracia como soberania popular implica que a economia – os meios de produção e o modo de gerir e produzir aquilo de que precisamos em nossa casa comum – seja definida pelo conjunto da sociedade e não pelos grandes grupos econômicos e seus representantes.

Democratizar a economia significa que seu objetivo não seja o “crescimento econômico” e sim a sustentação e a melhoria da vida do conjunto de seu povo. Uma economia democrática deve ter como objetivo atender às necessidades e aos interesses da totalidade da população, em especial dos setores mais vulneráveis.

O planejamento orçamentário precisa ser composto

a partir das reais necessidades do povo. Hoje, quase 50% do orçamento do país vai para o pagamento de juros, amortização, além da rolagem (refinanciamento) da dívida pública.

Além disso, é crescente a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. Os setores mais pobres da população geram maior quantidade de recursos para o Estado, com pagamento de impostos altos, enquanto as empresas recebem quantias enormes em renúncia fiscal e a licença de uso de nossos recursos naturais para produção voltada exclusivamente ao lucro de poucos ricos. Este modelo só reforça as desigualdades e concentra as riquezas.

Queremos um país cujo caminho para o combate às desigualdades respeite o direito de planejar o quê e para quem acontece o desenvolvimento econômico. Que não seja um monopólio das corporações e do Estado, mas sim um direito essencial de todos e de todas. O combate às desigualdades prescinde de que o planejamento seja feito de baixo para cima (comunitário, distrital, municipal, estadual, regional, da esfera dos territórios) e de cima para baixo. E, portanto, o Estado, em diálogo com a sociedade, como responsável por sintetizar as prioridades oriundas dos planos descentralizados e, a partir destes, elaborar e consolidar o que seria um plano nacional de desenvolvimento verdadeiramente democrático.

Isso pressupõe garantir o direito da população de planejar. Exige também que se estabeleça a

metodologia do orçamento público participativo desde o nível distrital e municipal até a esfera federal.

E que seja garantida à população o acesso aos recursos naturais locais e aos meios de produzir bens e serviços, em detrimento de entrega dos recursos a grandes corporações, mega projetos, que não são economicamente rentáveis para a população, e atende aos interesses.... dos homens brancos e ricos.

DEMOCRATIZAR A ECONOMIA

Nosso diagnóstico é que as classes dominantes agem para aprofundar a separação entre quem produz e quem decide para onde vai o que foi produzido. Quanto mais essa separação é reforçada, menos a economia é democrática e mais desigual é a sociedade.

Um dos principais instrumentos usados para manter essa separação é a ideia de que a economia não é assunto de política, pois, supostamente, as pessoas comuns não entendem de economia. Assim, a política econômica deve ser exclusividade de especialistas, de banqueiros, e com isso, a credibilidade e boa gestão estariam garantidas.

Nós reforçamos essa separação ao aceitarmos esse discurso.

É preciso superar a ideia do campo da economia, da política econômica, como uma área acessível somente à elite, a economistas e banqueiros, da

qual o povo não pode participar – porque, supostamente, não entende.

Mesmo os governos democrático-populares que tivemos a trataram assim: criaram áreas de participação em alguns setores: Conselhos de Saúde, de Educação, da Criança e do Adolescente... -, mas jamais permitiram que houvesse participação no debate sobre a política econômica. Por exemplo, os governos progressistas não fizeram processos participativos na área econômica, ao contrário do que ocorreu em outras áreas (saúde, educação, assistência). Os mecanismos de controle social sobre os bancos públicos e grandes empresas extrativistas foram ínfimos. O Comitê de Política de Política Monetária (Copom) detém o monopólio sobre o destino do Brasil.

Mesmo as iniciativas positivas que esses governos apresentaram – bolsa família, economia solidária, agricultura familiar, segurança alimentar – não foram pautadas no centro da política econômica. Por outro lado, não temos pautado nos movimentos sociais, sindicatos e frentes a questão da democratização da economia. Pensamos que é essencial colocar esta pauta nas nossas lutas, universalizar esta exigência.

Como criar um conjunto de instituições e funcionamento políticos e democráticos que não sejam capturados pelo poder econômico em suas mais variadas formas (empresas, judiciário, poderes religiosos)?A ideia “de baixo para cima” é fundamental.

Podemos encarar a economia em duas esferas: uma esfera onde se produzem os recursos coletivos e uma esfera onde se decide o que fazer com esses recursos. Quanto mais estas duas esferas estão separadas, mais alienados do processo decisório estão aqueles que produzem. Um exemplo disso é quando a gente fala que as pessoas não entendem de economia: o saber popular é desvalorizado. Ora, são as pessoas que fazem a economia. As pessoas comuns, muitas vezes, sabem mais do que os gestores.

Por isso, os processos participativos na economia precisam estar legitimados, estruturados e precisam ser obrigatórios/vinculantes.

É preciso pensar instituições que viabilizem a superação dessa separação entre quem produz e quem decide para onde vai o que é produzido. É preciso contemplar o fortalecimento dos processos em que os trabalhadores podem intervir e participar das decisões.

E as decisões tomadas pelos trabalhadores, pelos cidadãos, sobre estas matérias, têm de ter um caráter vinculante.

Por exemplo, decisões sobre privatização de recursos públicos, de empresas de serviços públicos, de estatais, têm de ser submetidas à decisão da população.

Qual o projeto de “desenvolvimento econômico” que queremos? Antes de decidirmos qualquer aspecto da política econômica, temos de decidir sobre o projeto: desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo, “progresso”, extração de recursos naturais, “bem viver”?

QUESTÕES PARA DEBATER

01.

QUAL O PROJETO DE
“DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO” QUE
QUEREMOS?

02.

O QUE FAZER PARA QUE O
PODER ECONÔMICO NÃO
DETERMINE O SISTEMA
POLÍTICO E A CONSTRUÇÃO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

03.

QUE MECANISMOS DEVEMOS
CRIAR PARA QUE AS
INSTITUIÇÕES
DEMOCRÁTICAS NÃO SEJAM
CAPTURADAS PELO PODER
ECONÔMICO?

POR UMA DEMOCRACIA COMUNITÁRIA



A tentativa de construção de sistemas democráticos nos países ocidentais é um fenômeno recente e incompleto. **Cada vez mais, é fundamental compreendermos que a democracia é um ideal.**

Assim, como expressou Galeano, definindo utopia como o horizonte que nunca se alcança, mas que serve de guia para o caminhar, podemos dizer que a democracia deve ser uma busca eterna, sempre incompleta, e com a qual devemos estar sempre insatisfeitos, nos movendo para uma constante luta pelo aprofundamento de sua democratização.

Como analisaram vários autores (Pitkin, Dahl, O'Donnell), a ideia original da democracia moderna, que tem como berço as revoluções francesa e estadunidense, definhou ao longo de dois séculos, limitando-se à implantação de um sistema representativo com sufrágio universal e disputa partidária entre elites. A perspectiva da participação popular foi perdendo espaço para um regime estruturado centralmente na delegação das decisões aos representantes. Muitos autores, inclusive, negam-se a referir-se aos atuais sistemas políticos como democracias, utilizando termos como poliarquia (Dahl), manifestações históricas democráticas (Nun), regime democrático (O'Donnell).

Um dos aspectos fundamentais que se perdeu ao longo desse tempo foi a articulação da ideia da democracia com espaços de deliberação. Venceu a perspectiva quantitativa que leva à ilusão de que a

decisão da maioria (50%+1) é necessariamente democrática. Ficou apagado na história o berço fundamental da proposta democrática ocidental, que comumente faz referência à Atenas, que são os espaços públicos de tomada de decisão. A democracia, portanto, estaria atrelada ao debate, à apresentação de argumentos divergentes, à troca de opiniões, ao conhecimento da realidade dos outros, o que permitiria levar à decisão que melhor atende à maior parte dos cidadãos, sem desconsiderar o outro; algo próximo do que Rousseau denominava vontade geral. Como afirmava Wanderley Guilherme dos Santos, um crítico da visão quantitativa da democracia, "o senso comum compartilha com os ideólogos a ilusão de que o número assegura a qualidade de uma opinião, mas não há conexão necessária entre uma coisa e outra"; "o método mais indicado para aumentar a probabilidade de que se adote uma boa política vem a ser o confronto de opiniões e de argumentos".

Entretanto, no senso comum e na estratégia de luta pela democracia de muitas organizações e movimentos sociais, a luta democrática ainda está muito restrita à interferência nas instituições e espaços formais do sistema político. Promovem-se

discussões que se limitam a debater as regras eleitorais, as formas de inserção das populações marginalizadas nos espaços institucionais, as formas de financiamentos das eleições. Certamente, os pontos levantados e as pautas de luta são de grande importância nesse eterno caminhar em busca de um sistema democrático. Entretanto, pouco se discute e se propõe em relação a uma proposta estruturada e concreta de formação de espaços populares coletivos deliberativos, ancorados em territórios, que permitam uma verdadeira construção democrática das tomadas de decisão sobre as políticas públicas.

A primeira década dos anos 2000 foi palco de uma onda de governos progressistas na América Latina, principalmente como resposta às profundas mazelas socioeconômicas deixadas pelas políticas neoliberais. Dentre os diversos erros e acertos cometidos pelos governantes nesse período, viu-se emergir e ganhar destaque uma gama de experiências, muitas existentes previamente, de real democratização do sistema político, com maior ou menor alcance, que tornou a região um dos principais laboratórios de experimentações democráticas participativas. Foram muitos os estudos realizados buscando compreender e registrar essas experiências (Addor; Santos; Dagnino, Olvera e Panfichi).

Dois aspectos são importantes na compreensão dos avanços conquistados com essas experiências. Primeiro, é importante compreender que uma democratização da estrutura política não terá

qualquer efetividade se não houver um avanço da cultura política (Addor). São inúmeros os casos de propostas pertinentes de fortalecimento de espaços participativos que nunca funcionaram porque não havia uma formação política suficiente que permitisse que a população tomasse para si aquele espaço. Portanto, na busca pela democratização dos regimes democráticos é importante que o avanço para um sistema mais aberto e participativo caminhe junto com um processo de formação política da população, de forma que o espaço deliberativo seja efetivamente ocupado por ela.

Segundo, fica claro que as principais experiências de aprofundamento da democracia se estruturaram a partir de espaços territorializados de participação popular. Mesmo em práticas de âmbito mais amplo, como orçamentos participativos municipais, havia um importante fortalecimento das associações de moradores, das organizaciones barriales, das juntas parroquiales, dos consejos comunales, das organizações comunitárias. A representação, que também está presente nessas experimentações, ganhava maior concretude e legitimidade em função da força e da grande integração dos espaços participativos mais amplos com as práticas deliberativas nos territórios. Essa relação entre escalas é destacada por Hannah Pitkin: "A representação genuinamente democrática só é possível, ela argumenta, onde o sistema representativo centralizado, de grande escala, necessariamente abstrato, é baseado em uma democracia direta viva, participativa, concreta no nível local".

Nos últimos anos, após uma onda de vitórias de governos progressistas, temos visto na América Latina um crescimento do ataque das elites às propostas progressistas, tendo tido êxitos em muitos países na retomada do poder e, conseqüentemente, na destruição dos avanços em relação à conquista de direitos pela população. No Brasil, a elite política de direita impetrou um golpe parlamentar-midiático com o claro objetivo de bloquear uma proposta de governo progressista, de intervenção estatal na economia. Em 2018, vimos o sistema democrático chegar ao fundo do poço com a eleição de um político antidemocrático, que ataca as minorias e venera a tortura e o autoritarismo. Por trás de tudo isso, está o objetivo de uma parte da elite de retomar o processo profundo de implantação do mais duro programa neoliberal, mesmo que isso custe retrocessos no nosso frágil regime democrático. Prova disso, foi a agenda que se seguiu ao golpe: congelamento dos gastos social por vinte anos, reforma trabalhista, reforma da previdência, ataque aos direitos indígenas e quilombolas de acesso à terra, quase aniquilação de recursos para programas voltados aos trabalhadores, como agricultura familiar, reforma agrária, economia solidária.

Apesar da implantação dessa agenda completamente impopular, que ataca diretamente os direitos dos trabalhadores e dos grupos marginalizados, há uma frágil resistência popular, vinda principalmente de sindicatos, partidos de esquerda e movimentos sociais organizados. A grande massa de trabalhadores brasileiros ainda

está inerte frente aos retrocessos em curso. Por um lado, faz-se a autocrítica do período dos governos petistas que, apesar de conseguirem levar melhores condições socioeconômicas à população brasileira, não construíram uma estratégia de formação política dos trabalhadores e, por consequência, não foram exitosos em avançar em uma ampliação da mobilização social (a experiência venezuelana, nesse sentido, vale ser conhecida).

Por outro, muitos dos debates que discutem as fragilidades da nossa democracia, expostas com o golpe e os processos políticos que se seguiram, se concentram ainda na revisão do regime democrático, isto é, do sistema político.

É nesse cenário que se busca trazer a reflexão sobre a retomada da perspectiva comunitária da democracia. A enorme distância que existe hoje entre o regime democrático e o cotidiano da população faz com que qualquer melhoria no sistema político possa representar, na prática, um avanço muito tímido, ou nulo, em uma efetiva democratização da democracia. Faz-se necessário retomar uma proposta que se estruture a partir da organização popular das bases, localizada, territorializada. É preciso retomar a prática do diálogo, das praças públicas, da troca de ideias que traga a discussão democrática para o cotidiano, para a busca da melhoria de vida imediata. Essa deliberação cotidiana sobre a vida concreta levará, naturalmente, a um processo mais amplo e profundo de formação sobre questões mais amplas da sociedade. É preciso pautar uma maior territorialização da democracia, que seja

fortalecida a partir dos espaços públicos de debate e deliberação. Esse processo é o que permitirá um avanço da cultura política.

Há duas dificuldades que já se colocam presentes no início dessa proposta, que podem ser destacadas a partir de duas perguntas: é possível levar a cabo um processo intenso de organização territorial das bases cujos objetivos estejam além dos interesses de uma organização ou partido político? Quais as possibilidades de espaços públicos deliberativos da sociedade terem suas propostas e decisões concretizadas a partir de políticas e recursos públicos?

Quanto à primeira pergunta, há uma tendência forte de, quando há esse tipo de mobilização territorial, esses espaços serem subjugados aos objetivos de um partido ou organização, deixando de lado, aos poucos, seu objetivo inicial de transformação do território. Esse processo, naturalmente, começa a distanciar pessoas que, mesmo que tenham uma perspectiva progressista, não se sintam à vontade ou não concordem com aquela proposta institucional. Nesse sentido, é importante que essa retomada da democracia comunitária seja carregada de uma perspectiva mais ampla, suprainstitucional, de formação política. O objetivo tem que ser muito mais mobilizar as pessoas para discutir os problemas do território e perceber as contradições da sociedade, do que angariar este ou aquele indivíduo para seu partido ou movimento.

O segundo ponto destaca os limites da ampliação da cultura política quando não há uma concomitante democratização da estrutura política. A criação de espaços públicos de deliberação levará a encaminhamentos que, em muitos casos, exigirá um diálogo com o poder público local. Entretanto, o Estado brasileiro, em suas diferentes instâncias, não está preparado para receber essas demandas. Faltam espaços de diálogo entre Estado e sociedade que permitam que a população organizada possa influenciar as políticas públicas e a destinação dos recursos. Nesse cenário, a não execução das propostas deliberados naqueles espaços pode levar a uma desmobilização, um descrédito do próprio espaço participativo.

Apesar dos desafios, parece ser importante buscarmos retomar essa perspectiva da democracia de bairro, da democracia da praça, da democracia comunitária, buscando a territorialização da democracia, o fortalecimento dos espaços de diálogo, de troca de ideia, de reflexão sobre a realidade de cada local, como pilar de uma retomada da democracia de forma mais ampla.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Felipe. Teoria democrática e poder popular na América Latina. Florianópolis: Insular, 2016.

AVRITZER, Leonardo. Participatory Institutions in Democratic Brazil. Johns Hopkins University Press, 2009.

DAHL, Robert A. Poliarquia: Participação e Oposição. São Paulo: Editora da USP, 1997.

DAGNINO, OLVERA, PANFICHI (Org.). A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

NUN, José. Democracia: ¿Gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?. Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A.: Buenos Aires, Argentina, 2001.

O'DONNELL, Guillermo. Teoria Democrática y política comparada. Em: Desarrollo Económico, vol. 39, No 156, Buenos Aires, janeiro-março, pp. 519-570, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. 1ª Ed. 1762. Tradução: Rolando Roque da Silva. Ed Ridendo Castigat Mores, s/d.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Wanderley Guilherme. O paradoxo de Rousseau: uma interpretação democrática da vontade geral. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

QUESTÕES PARA DEBATER

01.

EXISTE DEMOCRACIA NO BRASIL? QUAL SERIA? QUE DEMOCRACIA QUEREMOS?

02.

QUAL A IMPORTÂNCIA DE UMA DEMOCRACIA DIFERENTE DA EXISTENTE DO ATUAL SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO?

03.

QUAIS AS PROPOSTAS PARA A CONSTRUÇÃO DA VERSÃO III DA PLATAFORMA?

ESFERA PÚBLICA **DIGITAL**



O início do século XXI marca a disseminação da Internet como um novo locus de realização das mais diversas atividades humanas, dos negócios às interações sociais, passando pela produção e difusão dos mais diversos conteúdos. Cerca de 53% dos lares em todo o mundo estão conectados (UIT, 2017) e as conexões móveis atingem índice perto de 60% (4,3 bilhões de pessoas no planeta).

Em muitos discursos, a Internet é apontada como elemento central ao desenvolvimento econômico e à promoção do bem-estar da sociedade. A promessa é que o acesso a essas e outras tecnologias de informação e comunicação pode gerar ganhos econômicos, ampliar o conhecimento disponível, promover a liberdade de expressão e fortalecer a democracia, criando novas oportunidades para o desenvolvimento e a troca de cultura e saber, ampliando a participação dos cidadãos e de formas de produção social não comerciais e não proprietárias. Essa “nova liberdade” traz como promessa a libertação individual, uma base para o engajamento em uma cultura mais crítica.

Contudo, também é preciso observar a dinâmica real da Internet e compreender como ela pode ou não cumprir os desejos e objetivos nobres e pensados para ela – incluindo sua manifestação concreta no âmbito do sistema capitalista e de como ele molda os mais diversos aspectos da vida social. Embora não exclusivamente, a Internet é formada em sua maioria por agentes econômicos em busca de lucro, um universo que vai das

operadoras de acesso à web a todo o ecossistema de oferta de serviços e aplicativos, das grandes plataformas a pequenas empresas (startups).

Aí aparece um primeiro desafio. Apesar das falas de um mundo digital e conectado, mais de 40% da população global ainda está fora da Internet. Outra parte sofre com conexões limitadas, seja pela quantidade de dados disponíveis nos pacotes, seja pelas baixas velocidades de conexão. Já entre os que estão conectados, há desigualdades gritantes. Enquanto na Europa 84,2% dos lares possuem acesso, na África o índice é de 18%. Já no recorte de gênero, o índice de penetração chega a 51% entre os homens contra 45% entre as mulheres. A diferença é fortemente definida pela renda. No Brasil, a conectividade entre os mais pobres é de 42%, enquanto entre os mais ricos é de 76%.

Outro resultado da dinâmica empresarial na Rede é a manifestação da desigualdade na esfera da estrutura de mercado, por meio da concentração de propriedade. Este fenômeno ocorre tanto nas companhias de acesso quanto nos gigantes que ofertam serviços e aplicativos. Diferentemente da fala de que a Internet seria o reino da concorrência, o que se vê é a redução da competição dentro da web a partir do crescimento da digitalização e da coleta e processamento de dados. Esta natureza é potencializada por algo que veio a ser chamado de “efeito de rede”: o valor da rede aumenta na medida da ampliação das conexões pertencentes a ela, o que impulsiona o líder de mercado e torna a

sua posição progressivamente mais distante dos concorrentes. Já aqueles excluídos da rede se deparam com barreiras à entrada cada vez maiores. O grande valor do Facebook estaria, assim, na sua base de usuários; o mesmo vale para o Airbnb, WhatsApp ou MercadoLivre.

Aí está um segundo desafio: a concentração da propriedade e o ascenso de gigantes que controlam diversas esferas da Internet. Apple, Google, Amazon, Facebook e Microsoft ocupam o topo do ranking das companhias mais valiosas do mundo, cujo crescimento está assentado em um insumo fundamental: as informações dos bilhões de usuários. Os dados pessoais, chamados de “novo petróleo” da economia, garantem a base dos negócios, seja com a publicidade personalizada de Google e Facebook, seja com as recomendações de compras da Amazon. Este cenário é estimulado pela combinação da coleta de dados em larga escala (denominada de Big Data) e por seu processamento inteligente por meio do uso de algoritmos e inteligência artificial. Por um lado, as redes sociais analisam todas as postagens e interações; por outro, aplicativos obrigam o acesso a contatos, imagens, microfones; sites instalam programas que rastreiam sua navegação; mecanismos de busca guardam todas as consultas e as cruzam com outras informações. Computadores e dispositivos passam a exigir dados biométricos, como íris ou digitais. O que é feito disso, em geral, não se sabe.

Aí aparecem dois novos desafios

inter-relacionados: a violação da privacidade e o controle crescente das experiências pessoais e coletivas dos usuários, naquilo que tem sido chamado de “capitalismo de vigilância” - um processo descentralizado que coleta, processa e analisa dados, destacando os modelos de conduta e promovendo o ajuste dos comportamentos a estes.

Na esfera da produção e circulação de mensagens, os efeitos da concentração e do controle também são sentidos, com riscos significativos à democracia. O ascenso de companhias como Google, Facebook e Amazon atingiu, por exemplo, em cheio a indústria cultural - esta também monopolizada, vale lembrar. Contudo, os efeitos da concentração nesses gigantes são relevantes. O YouTube consegue ser ao mesmo tempo a maior plataforma de difusão de vídeos e de streaming de músicas, com 1,5 bilhão de usuários. A concentração de lucros na produção de arte e notícias fez mais do que artistas e jornalistas vulneráveis: ela tornou todos que buscam fazer negócios com a troca de ideias e cultura vulneráveis ao poder de um pequeno grupo de poderosos patrões - com impactos ainda mais relevantes para a diversidade e a pluralidade em países menores e com setores audiovisuais muito menos pujantes.

A cautela também vem sendo a tônica quando o tema é a circulação de notícias na web. A emergência da chamada pós-verdade, dos mecanismos de distribuição rápida e segmentada de notícias falsas e da polarização política vem se

tornando uma questão vital ao futuro da democracia e uma agenda não somente para interessados no tema, mas para governantes e autoridades. O criador da World Wide Web, Tim Berners-Lee, expõe esse sentimento frente às promessas otimistas do passado. “Nós pensamos que seria o suficiente manter a Internet neutra e o mundo teria a capacidade de usá-la para construir sistemas maravilhosos, que produziram democracia e verdade na ciência, [mas] ... eu penso que as pessoas viram os últimos 12 meses e disseram que, na verdade, há uma evidência de que a web tem sido mais um fornecedor de inverdades do que de verdades, porque a forma do modelo de negócios calcado em publicidade encoraja pessoas a disponibilizar online coisas que vão ser clicadas”.

QUESTÕES PARA DEBATER

01.

AS NOVAS TECNOLOGIAS DE
COMUNICAÇÃO FORTALECEM
OS PROCESSOS
DEMOCRÁTICOS OU SERVEM
PARA QUEM JÁ TEM PODER,
TER MAIS PODER?

02.

QUE DEVEMOS PROPOR PARA
QUE O AMBIENTE DIGITAL
SEJA DEMOCRÁTICO, PLURAL
E DIVERSO?

03.

É POSSÍVEL TER NOVOS
MECANISMOS DE
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA VIA
INTERNET? SE SIM, QUAIS?

1 Introdução elaborada a partir da pesquisa “Monopólios Digitais – Concentração e Diversidade na Internet”, lançada em 2018 pelo Intervezes. Disponível em <http://monopoliosdigitais.com.br/site/>

POVOS TRADICIONAIS



POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E DA AGRICULTURA FAMILIAR (PCTAF)

O Estado brasileiro vem tratando a questão indígena orientado por aspectos que definem de forma muito perversa e direta seu caráter antidemocrático e que ainda merecem muita atenção da população: de um lado, apesar das garantias constitucionais, o Estado brasileiro se mantém impondo práticas de exceção recorrentes sobre os direitos dos povos originários e comunidades tradicionais e, de outro, sustenta pelo uso da violência o caráter estruturalmente racista de sua ação política - agora em ascensão mediante a pauta conservadora que está aí a condenar povos originários e tradicionais do país.

Além do Estado, a grande e tradicional mídia também joga papel importante no sentido de fortalecer preconceitos contra povos indígenas e quilombolas. São muitas as situações de ameaças, de criminalização, de violência e de insegurança que se abatem sobre lideranças desses povos. Nas grandes cidades, indígenas se somam às majorias sem direitos. Esses vivem no limbo e na invisibilidade. Se constituem como não-aldeados e ou estão em ditas aldeias urbanas, sem lugar nas pautas do direito à cidade e longe da vida política urbana, apesar de já se registrarem iniciativas de resistência de indígenas em ocupação de prédios públicos ou mesmo na reivindicação da constituição de bairros e de aldeias para seu abrigo nas cidades.

O balanço recente acerca da participação política de povos e populações tradicionais na vida eleitoral apontou para o seguinte: atualmente existem 157 vereadores; 5 prefeitos; 1 mandato coletivo estadual (SP, 2018); 1 deputada federal (2018) e candidatura nacional à presidência (Sônia Guajajara), o que diz do interesse, da necessidade e do crescimento da presença indígena, por exemplo, na dinâmica da democracia representativa mais geral do país. É verdade que também se registram problemas nessa aprendizagem político-eleitoral: mandatos indígenas, em geral, têm sido assessorados por não-indígenas e, supostamente, se tornam mandatos frágeis e/ou a serviço de outras pautas que não as de seus povos. Também é digno de registro o fato de que os partidos políticos têm baixo compromisso com as pautas de povos indígenas, quilombolas, etc. O saldo é uma baixa capacidade de representar os interesses e as pautas coletivas de seus pares, razão pela qual também deixa frágil o processo de defesa de suas causas mais estruturantes.

Enquanto isso, como parte dessa mesma questão está a histórica transferência de riscos e custos ambientais sobre tais povos e comunidades tradicionais perpetrada pelo Estado e pelas elites.

O componente da discriminação racial, étnica, de classe e de origem é central aí, pois, se trata de um mecanismo de convivência do Estado com as elites visando a ampliação da lucratividade dos capitais, que insiste em reafirmar desigualdades, discursos de inferioridade sobre indígenas e outros povos tradicionais, bem como a perspectiva de uma cidadania desigual e historicamente dominante no discurso e nos atos dessas elites do Executivo, Legislativo e Judiciário.

O primeiro passo dessas elites no atual contexto foi procurar dar efetividade e legitimidade a discursos anti-indígenas e antiquilombolas. O passo seguinte e em curso é a proposição e adoção de medidas do governo federal visando fazer valer a afirmação de que, no que depender do poder executivo, "não tem mais demarcação de terra indígena". Por isso, já está em curso uma radical reestruturação dos órgãos relacionados aos direitos indígenas. Um exemplo é que antes (desde 1991) subordinada ao Ministério da Justiça (MJ), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) está agora abrigada na pasta da Família, Mulher e Direitos Humanos.¹

O resultado dessa reestruturação ministerial será a paralisação e judicialização dos procedimentos demarcatórios. Também está em estudo na nova gestão a criação de um conselho interministerial para decidir sobre as demarcações, modelo similar ao implantado na ditadura militar. O governo tem

anunciado, sem detalhar como pretende fazer, a revisão de todos os processos de regularização fundiária em âmbito federal, incluindo os de reforma agrária, quilombos e TIs. O responsável pela secretaria de Assuntos Fundiários assegura que o governo vai tentar reverter ou anular processos em que forem identificadas falhas ou irregularidades, inclusive as demarcações indígenas já concluídas. A ameaça de reversão ou paralisação definitiva do reconhecimento dos territórios chega depois de anos de estagnação em seu andamento. Restam por resolver um terço das pendências territoriais.

A reforma ministerial esvaziou e retalhou a Funai, criando limbos jurídicos e administrativos que colocam em xeque a capacidade executiva dos órgãos envolvidos com o tema indígena. A Medida Provisória (MP) 870/2019 e os decretos que reestruturaram os ministérios mencionam apenas a perda das funções de demarcar e opinar sobre licenciamentos. O restante da legislação ainda vigente continua atribuindo à Funai as duas tarefas e a função de proteger os direitos indígenas em geral. O MJ também continua citado nas normas sobre demarcações e proteção dos bens da União, como é o caso das TIs. MP e decretos também não especificam a transferência de estruturas, orçamento e cargos da Funai para o MAPA e o INCRA.²

1 Já as atribuições de demarcar as Terras Indígenas (TIs) e opinar sobre o licenciamento ambiental de projetos com impactos sobre essas áreas foram transferidas do órgão indigenista para a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF) do ministério da Agricultura (MAPA), comandado pelos ruralistas, adversários históricos das demarcações. A perspectiva ainda não oficializada - é que as duas funções seriam tocadas no dia a dia por uma instância que ainda deverá ser criada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), agora também vinculado à SEAF.

2 A reforma ministerial também incluiu entre as competências do Departamento de Estruturação Produtiva, da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do MAPA, a coordenação de iniciativas de fomento ao agroextrativismo e à produção de comunidades tradicionais, até então alocada na extinta Secretaria de Extrativismo do MMA. O problema é que entre as prerrogativas da nova secretaria do MAPA não há mais menção aos povos indígenas.

Outro anúncio que tem gerado indignação e uma forte mobilização dos povos originários e tradicionais foi o da municipalização da saúde indígena, feito pelo Ministério da Saúde. O governo federal também convocou o Conselho de Defesa Nacional para decidir que a implantação da linha de transmissão de energia entre Manaus e Boa Vista é uma obra de “interesse nacional”, e anunciou um decreto presidencial nesse sentido, ainda não publicado. Essa definição visa apressar a implantação do projeto, cujo processo de licenciamento ambiental depende de uma consulta aos índios Waimiri Atroari. O governo pretende construir o “linhão” ao longo do eixo da BR-174, que corta o território indígena em 125 km.

Sabemos que a relação entre democracia e as questões que afetam os direitos dos povos originários e tradicionais é profunda, mas, agora está diretamente ameaçada. Apesar do respaldo dado pela Constituição Federal de 1988, as modalidades de reconhecimento das terras de uso comum através de concessão ou titulação coletiva estão sendo postas em cheque por essa orientação radicalmente privatista do governo federal, cujo intuito é garantir o retorno do direito individual, absoluto e ilimitado de propriedade, o que ataca as garantias constitucionais para povos e comunidades tradicionais.

O objetivo final do governo, de um lado, é liberar terras públicas e devolutas ao mercado e de outro lado, impor ainda mais riscos aos direitos

territoriais de povos originários e comunidades tradicionais quanto a terem reconhecidas e protegidas práticas de uso comum de suas terras. A população brasileira não vai aceitar isso, por isso a mobilização para fortalecer e incrementar a agenda de fortalecimento da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político que, dentre outros, convoca essa reflexão acerca da questão democrática indígena brasileira.

QUESTÕES PARA DEBATER

01.

COMO ESTÃO OS DIREITOS
DOS POVOS ORIGINÁRIOS E
TRADICIONAIS HOJE?

02.

QUAL O LUGAR DE POVOS
ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS
NA DEMOCRACIA E NO ATUAL
SISTEMA POLÍTICO DO PAÍS?

03.

QUAIS PRÁTICAS DE CULTURA
POLÍTICA DOS POVOS
ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS
RESISTEM E QUE PODERIAM
CONTRIBUIR PARA MUDAR O
ATUAL PADRÃO DE NOSSA
DEMOCRACIA?

DESOBEDIÊNCIA CIVIL



Sistematização do debate no Encontro Nacional da Plataforma. Brasília, abril de 2019.

Texto inicial que subsidiou o debate:

Estamos vivendo um momento de reestruturação do capitalismo, com novas formas de acumulação baseadas na apropriação dos bens comuns e dos corpos trabalhadores, não apenas da força de trabalho.

O avanço de novas formas tecnológicas de trabalho e de gestão oferece a possibilidade de descarte de grandes contingentes de pessoas trabalhadoras e de não resguardar direitos pra os que se mantêm.

A mercantilização de todas as esferas da vida e o lucro acima de tudo também tem gerado formas nefastas de aniquilamento do outro como sujeito político e digno de existência social – estamos vendo surgir novas formas de biopoder, como expressa a noção de necropolítica (problematizado por Achille Mbembe).

A isso se alia uma onda conservadora e fundamentalista religiosa que alavanca a extrema direita racista, misógina e ultraneoliberal.

No Brasil, isso se expressa no governo Bolsonaro, com suas várias facções internas, que se articula com uma onda de fascismo social, com o militarismo, e possivelmente com as milícias.

Contra o Estado autoritário, é democrático e justo apelar para a desobediência civil.

Para alguns, a desobediência civil são ações

individuais e coletivas contra a ordem legal estabelecida, mas ações de não violência. Para outros, pode-se recorrer a ações violentas contra o capital e a força bélica. E elas devem ser necessariamente coletivas.

Há um debate sobre a função da desobediência civil: se ela deve ser para restaurar direitos que não estão sendo implementados, promover mudanças legislativas ou pra destituir um poder despótico e constituir novas formas de exercício do poder e de organização social.

Daí que a noção de desobediência civil, não sendo a mesma coisa, dialoga com várias outras: ação direta, greve geral revolucionária, insurgência, revolução...

Não sabemos o que pode acontecer no Brasil em um futuro próximo, mas seguramente não vivemos em um Estado democrático. A democracia no Brasil nunca foi para todxs, os direitos nunca chegaram para todxs.

Mas, se é verdade que não estava bom, também é verdade que está piorando a cada minuto, tanto no que toca à democracia como no que diz respeito às condições de vida. Por isso precisamos resguardar e fortalecer nosso direito de auto-organização e de rebelião.

Isso está em questão com as últimas medidas deste governo que tenta coibir com o uso de violência, vigilância, prisões e assassinatos as iniciativas de protestos e de lutas por melhores condições de vida.

Desobediência civil é não agirmos dentro da lei quando estas leis não resguardam nossos direitos. Para isso, é necessário contar com ampla adesão popular, capaz de dar salvaguardas, apoio político e segurança para ações fora da ordem.

DEBATES NO GRUPO CONCEITUANDO E COMPARANDO: O QUE É DESOBEDIÊNCIA CIVIL

Desobediência civil também pode ser comparado com objeção de consciência, ou seja, reivindicar o direito de não fazer algo contra suas convicções, como forma de lutar contra a ordem. Embora esse entendimento seja possível, e o exemplo dado de como jovens resistem a se alistar em tempos de guerra, foi refletido no grupo que a objeção de consciência também é usada por profissionais de saúde para não realização de procedimento de aborto permitido por lei em hospitais públicos, o que seria o uso para manter a ordem patriarcal contra as mulheres.

Foi dado o exemplo de uma prática forte em São Paulo que é a de hortas comunitárias em espaços públicos como uma forma de desobediência civil; e do debate sobre plano de educação em Manaus, no qual foram quebradas as regras impostas. Uma participante salientou que os negros sempre foram desobedientes, senão ainda estariam nas correntes, ressaltando que a experiência de luta com desobediência civil do movimento negro vem desde o regime escravocrata. Ela cita a Revolta dos Malês cuja consigna era “libertar escravos, tomar as fazendas, matar os brancos e tornar Luisa Mahin

rainha”. Outro participante completou com o exemplo do Quilombo dos Palmares que durou 100 anos, tendo em torno de 20 mil pessoas, sendo este número a metade da população de Pernambuco à época, e que tinha terra comum, trabalho cooperado e usufruto coletivo.

Desobediência civil é recusar as regras do jogo e atuar fora dele, afirmou um participante. E foi complementado por outro: desde que para alterar a ordem vigente, porque também pode-se quebrar as regras do jogo para forçar a manutenção da ordem, como é o caso de uma ditadura militar. Outros exemplos foram trazidos para o debate como as ocupações de escolas pelos estudantes, greves, manifestações de rua, escracho, etc. Na França, os manifestantes coletes amarelos tacaram fogo em dez mil carros. No Brasil, nossas manifestações são muito ordeiras, com raras exceções, comentou-se.

Também foram citadas várias ações de desobediência civil contra a ordem moral, que às vezes é legal, mas nem sempre, a exemplo dos corpos nus nas ruas levados pelo movimento feminista, os beijaços em público do movimento LGBT, as retomadas indígenas, as ocupações urbanas e rurais, a quebra de voto de silêncio de religiosas, os mandatos coletivos que metem o pé na porta do sistema político.

Foi salientado também que para resistir a esta onda fascista que está em curso é preciso se humanizar, visibilizar a capacidade de luta dos povos e resgatar a coragem. Foram dados exemplos de ações dentro das igrejas contra a ordem eclesiástica, abertura de faixas em campos de futebol, dar as costas para o presidente em solenidade, ente outras.

Para alguns, a desobediência civil pressupõe, anteriormente, uma guerra de narrativas, para ter substância e possibilidade de apoio. Exige também preparo individual para diferentes tipos de ação, preparo físico e psicológico, além de estilo de ação e algumas premissas de segurança fundamentais.

Alguns viram a campanha de Boulos como desobediência civil por fazer uma aliança eleitoral entre movimentos (MTST e APIB) e um partido político, o PSOL. Outros viram que as diferentes expressões de mandato que não seguem o status quo, mandatos coletivos, populares, participativos, também poderiam ser vistos por esta ótica.

O grupo debateu ainda que as ações de desobediência civil dificilmente são planejadas, muitas vezes são ações disruptivas, cabendo ao movimento organizado conseguir atuar em consonância quando elas ocorrem, mas precisam ser coletivas e massivas. A desobediência civil, ao ser disruptiva, não nos permite saber aonde vai dar. Daí a importância de estarmos preparados para quando elas eclodem. Para outros, no mesmo debate, a desobediência civil é ação de inteligência e precisa ser muito bem planejada e silenciosa. É possível fazer ações de desobediência civil de

forma coletiva e organizada como caminho para acumulação de forças, sendo ações não violentas, como o exemplo de Gandhi, ou como as ações lideradas por Malcom X.

Por fim, concluímos que não podemos tomar todas as ações de resistência e luta social que são criativas e/ou que inovam na forma de fazer como ações de desobediência civil. Um conceito tão amplo seria o mesmo que “luta” e perderia o sentido. É preciso o entendimento como ações de desobediência civil aquelas que se dão no contrapelo da lei e que são orientadas politicamente contra a ordem sistêmica da dominação.

QUANDO E COMO DESOBEDECER

Ficou nítido no debate o entendimento de que as ações de desobediência civil podem ser espontâneas ou planejadas e que, quase sempre, tem um caráter disruptivo. Mas também foi ressaltado que não se trata de nós, enquanto Plataforma, estarmos preparados, pois não nos vemos como vanguarda de nada. Trata-se de que a esquerda, especialmente partidária, tem que abrir seu coração e seu pensamento para dialogar com outras formas de ação que não são aquelas que ela organiza.

A Plataforma não dirige os movimentos e organizações que dela participam, então não tem capacidade de planejar ações de desobediência civil, mas pode e deve construir este debate,

buscar capilarizar em vários movimentos sociais, para gerar adesão e apoio político para ações desse tipo.

Um ponto um pouco polêmico no grupo foi como fazer isso. Por exemplo, se o Brasil atacar a Venezuela devemos mobilizar a objeção de consciência? Perguntou um participante. Outra afirmou que dentro do movimento negro tem a discussão da luta armada, e pode ser que um companheiro decida isso e outros sigam...e aí, não vamos apoiar? Este exemplo, como possibilidade, foi contraposto com a realidade sobre qual lado está armado no Brasil e quem hoje está morrendo por causa disso, lembrando o genocídio da juventude negra.

Ocorreu também um reconhecimento forte da crise das instituições e do fato de que elas não nos representam. Razão para aprofundar o debate do tema desobediência civil. Todavia, alguns defenderam uma visão de pegar em armas e outros uma visão de disputa de narrativas. No meio houve reflexões sobre a possibilidade de ações disruptivas, mas somente em ações coletivas e com apoio popular, e sobre o banho de sangue que seria promovido se a ideia de luta armada vingasse em meio aos movimentos sociais que não reúnem capacidade de confronto.

Discutiu-se a existência de uma linha tênue entre o que é e o que não é violento. Podemos ver ato de defesa como violência ou como resistência. Não se trata de ode à violência, mas de reconhecimento da necessidade de defesa, em certas circunstâncias. Concluímos também neste momento que o

conceito de desobediência civil não pode ser tão amplo, indo de manifestação de rua a confronto armado. O rumo da Plataforma não é esse. A ideia é aprofundar o debate sobre democracia de forma que ela possa contemplar a todas as pessoas e ser um fator de enfrentamento das desigualdades. Afirmamos que democracia e capitalismo-racismo-patriarcado não podem coexistir. São incompatíveis.

PARA ONDE VAMOS

Por fim, pensamos um processo a ser desenvolvido na Plataforma no próximo período com o objetivo de tornar a Plataforma uma referência no debate sobre desobediência civil. A ideia é manter-se como fonte de acúmulo e reflexão resgatando experiências como Quilombos, Panteras Negras, Coletes Amarelos. Pensamos em mapear e avaliar a ação da esquerda institucional frente às ações de desobediência civil, a exemplo das jornadas de julho de 2013, mas não só. Pretendemos incentivar a articulação de ações político-culturais com mostra de filmes, festivais, etc. Queremos fazer estudos sobre formas atuais e históricas e também sobre a cultura de protestos de outros países, a exemplo da Argentina.

O ciclo de debates da Plataforma, com as ações locais apoiadas e os encontros regionais, deveria contribuir para construir legitimidade para este tipo de ação e nos ajudar a disputar isso na sociedade. Devemos nos apoiar na reflexão sobre Estado Democrático de Direito para legitimar este debate. A tarefa da Plataforma é alimentar este

debate para aproximar militantes de um olhar além das institucionalidades, para que ela possa ser acolhida como prática legítima de ação política frente ao Estado e frente ao capital.

Avaliamos que o bolsonarismo não tem controle sobre a turba fascista que ele desencadeia e estimula. Isso nos exige fazer este debate em conjunto com o debate sobre cuidado e segurança. Precisamos refletir sobre autocuidado e cuidado entre xs militantes de movimentos sociais e sobre segurança das organizações, das ações e das pessoas que delas participam.

Como disse uma companheira, a desobediência civil é motor da criatividade, libera energia vital para grandes transformações. Precisamos saltar fora da caixinha quando ela não nos permite existir. Precisamos ir contra a ordem quando ela é injusta e ilegítima.

QUESTÕES PARA DEBATER

01.

PARA VOCÊ O QUE É
DESOBEDIÊNCIA CIVIL?

02.

QUAL A RELAÇÃO ENTRE
SISTEMA POLÍTICO E O
DIREITO À DESOBEDIÊNCIA
CIVIL?

03.

COMO FORMULAR A
DESOBEDIÊNCIA CIVIL COMO
UM DIREITO?



SISTEMA DE JUSTIÇA

QUE SISTEMA DE JUSTIÇA
TEMOS, QUE SISTEMA DE
JUSTIÇA QUEREMOS

As reflexões e debates sobre a democratização do sistema de justiça se dão em, pelo menos, duas perspectivas: Que sistema de justiça temos? E que sistema de justiça queremos?

QUE SISTEMA DE JUSTIÇA TEMOS?

Funcionam como ponto de partida desta discussão, de um lado, um conhecimento consolidado em análises críticas sobre o funcionamento e composição do sistema de justiça produzido tanto por setores da academia, quanto por movimentos populares. De outro, este também é um campo prodigioso no que toca às reflexões sobre estratégias de resistência e subversão do sistema de justiça para que a sociedade possa conviver com as instituições judiciais ou sobreviver aos impactos que elas produzem na vida da população.

Numa perspectiva mais ampla, há uma constatação de que o sistema de justiça formal, tanto na sua composição quanto no seu funcionamento, é marcado e reproduz lógicas partidárias, elitistas, homo/lesbofóbicas racistas e machistas. Mesmo no que toca no cumprimento mínimo das suas funções hegemônicas, a resolução de conflitos e a pacificação social, contata-se a reprodução de um sistema de justiça moroso, ineficaz e comprometido com as estruturas de poder. São inúmeros e crescentes os exemplos de utilização política da justiça para manutenção das relações de poder e hierarquias da sociedade brasileira. Constata-se, também, uma

grande carência de informação sobre os direitos em geral e sobre as instituições e pessoas que integram o sistema de justiça em particular. É preocupante não só a pouca transparência em relação aos dados de estrutura e funcionamento das instituições judiciais como também a inacessibilidade do conhecimento acerca dos procedimentos adotados pela justiça formal e suas decisões.

Para uma leitura mais ampla da realidade da justiça brasileira é preciso enfrentar esta proposital complexidade no funcionamento e na estrutura das instituições judiciais que torna o exercício da crítica mais difícil. Cada ramo de funcionamento da justiça formal possui suas peculiaridades, suas possibilidades e limites considerando as variadas dinâmicas de violação dos direitos e as possibilidades limitadas de reparação dos direitos violados.

Assim, por exemplo, do ponto de vista criminal, há uma constatação de que o sistema de justiça penal é uma máquina de encarceramento em massa, que elimina as possibilidades de futuro e alternativas de vida da população negra brasileira. Trata-se de um diagnóstico que tende a se agravar com o

alastramento do recurso da criminalização como ferramenta de oposição aos movimentos sociais e a defensoras e defensores de direitos humanos, utilizando-se para este fim de aprovação de nova legislação.

No campo cível, destaca-se uma justiça morosa, afeita àqueles com condições econômicas e sociais para tirar vantagens da lentidão e burocratização dos procedimentos judiciais. Vigem também uma cultura jurídica patriarcal que limita as alternativas de vida das mulheres, quer na reprodução de estereótipos de gênero e raciais nas suas decisões e procedimento, quer na ineficácia na construção de uma política judicial que combata a violência de gênero e garanta o efetivo acesso à justiça das mulheres.

Quanto à Justiça do Trabalho, há uma percepção de que esta tem constituído um espaço de mediação entre o capital e o trabalho, ocupando um lugar estratégico num contexto de crescente flexibilização dos direitos trabalhistas. O momento atual de ataque declarado a essa justiça especializada pode constituir um bom momento para cobrar dessa instituição o compromisso com uma justiça democrática responsável por fiscalizar e assegurar o respeito aos direitos sociais.

Por fim, a principal estratégia de poder do sistema de justiça consiste num exercício de ficção que limita a compreensão do que é justiça e a resume à atuação das instituições judiciais formais. De forma

propositada, a justiça formal controla a retórica e os mecanismos considerados válidos e legítimos para a resolução de conflitos e composição das relações sociais, invisibilizando outras dinâmicas sociais responsáveis pela distribuição de justiça na nossa sociedade. Nos coletivos populares, nos quilombos, dentre os povos indígenas e tradicionais, nos movimentos sociais e nas periferias urbanas persistem generosos exemplos de resolução de conflitos, de proteção e cuidado dos grupos excluídos, de reconstituição do desequilíbrio das relações de poder, que são típicos de uma sociedade social e juridicamente plural como a brasileira.

**Diante desse cenário, a subversão
desse sistema implica uma ação
dirigida a:**

- Ampliar e aprofundar a discussão sobre mecanismos de controle popular da justiça. A experiência das Ouvidorias Externas da Defensoria Pública é exemplar como um passo em direção ao paradigma de um sistema democrático de justiça, sujeito ao controle social, mas precisa ser radicalizada de modo superar os mecanismos de cooptação e mimetização reproduzidos pelo sistema.
- Influenciar os mecanismos disciplinares de formação das carreiras jurídicas: ensino jurídico nas universidades, concursos públicos para carreiras jurídicas, formação continuada de profissionais da justiça.
- Influenciar os mecanismos de recrutamento e promoção das carreiras de profissionais da justiça, com mecanismos de ação afirmativa de gênero e raça, tendo em vista a reprodução de um sistema de justiça que tenha em seus membros a representação real e não elitista da população brasileira.
- Construir uma estratégia de denúncia constante de decisões judiciais que violam direitos de modo nominar e individualizar os magistrados e as magistradas responsáveis por essas decisões (Observatório de sentenças violadoras de direitos).
- Cobrar transparência dos dados sobre estrutura, funcionamento e administração das instituições do sistema de justiça.
- Identificar exemplos de utilização da justiça por movimentos populares que, se não resultaram em conquista de direitos, lograram frear algumas violações ou alargar o tempo para a realização da luta política desses movimentos.
- Identificar parceiros estratégicos para ampliar a rede de discussão crítica sobre justiça a partir de dentro e de fora do sistema.
- Construir cartilhas e estratégias de formação popular sobre direitos, sistema de justiça e as possibilidades de produção de justiça social.

QUE SISTEMA DE JUSTIÇA QUEREMOS?

A possibilidade de transformação do sistema de justiça passa primeiramente pela ocupação radical das instituições que o compõem, numa perspectiva de promoção da igualdade de raça e gênero em todas as suas instâncias.

A construção de alternativas e formas de oposição ao sistema de justiça formal demanda reconhecer e aprofundar o conhecimento sobre a justiça popular. A construção de uma justiça popular assume aqui um sentido de demanda por construção e democratização do conhecimento sobre o que é justiça e as diversas alternativas possíveis de distribuição de justiça na sociedade brasileira. Trata-se de reconhecer o conhecimento de grupos, movimentos e povos na produção e reprodução de mecanismos para reconhecer e proteger direitos, garantir igualdade e equilíbrio das relações de poder e partilhar a autoridade na resolução de conflitos. Por outro lado, a noção de uma justiça popular implica também a ampliação dos métodos e das alternativas de educação para os direitos, difundindo uma consciência crítica e vigilante acerca do funcionamento da justiça formal.

A criação de alternativas para a justiça que queremos implica assumir alguns desafios como:

- Incluir a juventude, para além da juventude dos cursos de direito, no debate sobre sistema de justiça.
- Democratizar os debates sobre sistema de justiça para alcançar de forma acessível a população em geral
- Visibilizar e valorizar outras experiências de distribuição de justiça, não patriarcais, anticapitalistas e antirracistas.

QUESTÕES PARA DEBATER

01.

QUEM SÃO AS PESSOAS QUE SÃO RECONHECIDAS PARA FALAR SOBRE E COM O SISTEMA DE JUSTIÇA?

02.

O QUE SABEMOS E O QUE NOS É DADO SABER SOBRE QUEM OPERA O SISTEMA DE JUSTIÇA E COMO ELA FUNCIONA?

03.

É POSSÍVEL DIALOGAR SOBRE AS ESCOLHAS DO SISTEMA DE JUSTIÇA COM AS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELOS SEUS RESULTADOS?

04.

A QUE FINS POLÍTICOS SERVEM AS DECISÕES JUDICIAIS?

ANEXOS

Anexo 1**Formulário de registro das atividades autogestionadas**

As atividades autogestionadas se configura com uma das ações mais importantes do projeto financiado pela União Europeia, para o fortalecimento da plataforma em sua luta pela reforma do sistema político.

Este formulário está organizado em 5 sessões: a primeira é sobre a organização proponente e sua localização no território nacional; a segunda, sobre a quantidade de participantes; a terceira é o detalhamento dos participantes quanto a diversidade sexual, seguida por raça/cor e etnia, e por fim a narrativa da atividade, suas formulações, incidências e possíveis resultados, assim como espaço para inserir até 5 imagens da realização da atividade e a lista de presença escaneada.

Clique aqui para responder o formulário:

<http://bit.ly/atividades-autogestionadas>

Anexo 2 **Lista de presença**

Sempre que houver uma atividade autogestionada, não se esqueça de imprimir essa lista e pedir que os participantes preencham.

DICAS PARA IMPRESSÃO

Clique em **IMPRIMIR** e depois selecione apenas a página 63 desse documento para ser impressa.

Você pode escolher a quantidade de cópias necessária para que todos participantes preencham a lista.

Cada página tem espaço para 11 pessoas preencherem.

Lista de presença - Atividades autogestionadas

Atividade:

Local:

Data:



PLATAFORMA PELA REFORMA DO
SISTEMA POLÍTICO

Apoio:



Nome completo	Sexo/ Gênero	Orientação sexual	Raça/ cor	Organização	E-mail	Telefone

Sexo/Identidade de gênero:

N/A= Não sei/
não quero responder
F= Feminino
M= Masculino

MC= Mulher Cis
HC= Homem Cis
MT= Mulher Trans
HT= Homem Trans

T= Travesti
I= Intersexo
O= Outros
BI= Não Binário/
Bigênero

Orientação sexual

N/A= Não sei/
não quero
responder
H= Heterossexual

L= Lésbica
G= Gay
B= Bissexual
O= Outros

Raça/Cor

N/A= Não sei/
não quero
responder
BR= Branca

PR= Preta
PA= Parda
AM= Amarela
IN= Indígena